

Título: Cidades e patrimônios: conflitos, discontinuidades do tempo e a persistência da vida social¹

Elisa Algayer Casagrande (UFRGS)²

Flávia Maria Rieth (UFPEL)³

Palavras-chaves: patrimônio cultural, etnografia da duração,

Resumo: O presente trabalho busca retomar e avançar em reflexões realizadas sobre o lugar do patrimônio das e nas cidades brasileiras, com foco nas cidades de Porto Alegre e Pelotas, a partir de culturas que estão à margem das narrativas oficiais da cidade e dos espaços museais. Nesse sentido, os acervos e arquivos não operam somente como dispositivos de preservação, são práticas ativas de reinserção de memórias, sobretudo quando lidam com patrimônios imateriais e culturas historicamente marginalizadas. Ao serem pensados a partir da ruína e da paisagem conforme Simmel, tornam-se espaços onde a discontinuidade do tempo e a persistência da vida social se tornam visíveis. Trazemos aqui o trabalho junto ao Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV), grupo que há quase 30 anos atua em pesquisas nas e das cidades brasileiras, a partir de uma perspectiva da antropologia urbana e da imagem, e dos procedimentos da etnografia da duração propostos por Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, e do método de convergência de Durand. Para amparar o debate, trazemos as experiências de pesquisas e trabalhos em andamento, ainda em experimentação com a reinserção de memórias a partir das narrativas de Walter Mello Calixto, o Mestre Borel, personalidade amplamente reconhecida do batuque gaúcho e um guardião da memória do povo negro e povo de terreiro, bem como da cidade de Porto Alegre e do avanço da ocupação do solo urbano. E apresentamos a ação de extensão Pelotas Pelas Águas, trazendo as

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² Doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em Diversidade Cultural e Inclusão Social (Universidade Feevale). Foi bolsista CAPES e teve bolsa CNPq ADCV 1/B, projeto Musealização e difusão cultural de patrimônios de pesquisas antropológicas em contextos das metrópoles contemporâneas: o caso das coleções audiovisuais do BIEV/UFRGS, coordenação Ana Luiza Carvalho da Rocha Jornalista e Relações Públicas (PUCRS). Pesquisadora associada ao Banco de Imagens e Efeitos Visuais/LAS/NUPECS/PPGAS-UFRGS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5868-1772>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3556327297928042>.

³ Profa Universidade Federal de Pelotas/UFPEL, atua na área da Antropologia, com ênfase em Cultura, Patrimônio, Família e Parentesco e Antropologia urbana, e Antropologia ambiental, Antropologia urbana. Pesquisadora associada ao Banco de Imagens e Efeitos Visuais/Laboratório de Antropologia Social/LAS, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/PPGAS, UFRGS. C.V. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6927792597690091>, Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7306-509X>.

memórias e os itinerários urbanos dos grupos habitantes das margens do canal São Gonçalo para pensar as relações entre a cidade e o ambiente, em tempos de crise ambiental. Atentamos aqui para a discussão da ambientalização dos problemas sociais (Leite Lopes, 2006) considerando as relações da cidade com as águas.

Introdução: patrimônio imaterial e cultura das cidades brasileiras

O conceito de patrimônio cultural passou por importantes revisões, ampliando-se de acordo com as demandas de diferentes grupos sociais, movimento especialmente visível no campo da cultura imaterial, que contempla ofícios e modos de saber, celebrações, formas de expressão e lugares buscando identificar e valorizar os detentores da cultura, como ocorre em programas de “tesouros vivos”⁴. Diferente do patrimônio edificado, cuja preservação costuma se orientar pela permanência material e pela luta contra a ação do tempo - ainda que possamos questionar também essa ideia junto à cultura material -, os bens imateriais exigem acompanhamento contínuo, pesquisa junto aos seus detentores e reconhecimento de suas transformações ao longo do tempo com vistas ao registro dos bens intangíveis.

As políticas patrimoniais brasileiras surgiram na década de 1930, vinculadas a projetos nacionalistas e à preocupação com a perda de monumentos e referências consideradas representativas da nação. A partir do final dos anos 1970, essas políticas passaram a incorporar o discurso da diversidade cultural, embora ainda marcadas pelo receio do desaparecimento de práticas e edificações. Nos anos 2000, a consolidação das políticas de salvaguarda reforçou esse movimento (Morais, 2019)⁵. Mais recentemente, ganharam centralidade patrimônios vinculados a grupos étnicos, religiosos, profissionais e movimentos sociais⁶.

Nesse contexto, a patrimonialização de territórios quilombolas, indígenas e populações ribeirinhas têm impulsionado mobilizações voltadas ao reconhecimento de

⁴ CASAGRANDE, Elisa Algayer; NUNES, Margarete Fagundes. Territórios Negros e Quilombos Urbanos: Reflexões sobre Patrimônio Cultural e Relações Étnico-Raciais em Contextos Metropolitanos. ILUMINURAS, Porto Alegre, v. 23, n. 60, 2022. DOI: 10.22456/1984-1191.121104. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/121104>. Acesso em: 23 jun. 2026.

⁵ MORAIS, Mariana Ramos de. FESTAS DO ROSÁRIO COMO PATRIMÔNIO: entre o vivido e a prática estatal. In: Caderno C R H, Salvador, v. 32, n. 86, p. 435-448, Maio/Ago. 2019.

⁶ Como observa Gonçalves (2012, p. 64), “patrimônios associados a grupos sociais, a grupos étnicos, a grupos profissionais, grupos religiosos, populações ribeirinhas e movimentos sociais vêm sendo reivindicados, estabelecidos e reconhecidos”.

identidades e pertencimentos coletivos (NUNES; ROCHA, 2009)⁷. Ao mesmo tempo, contribui para a preservação das memórias sociais, permitindo a “recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado” e a garantia de um legado para as gerações futuras (Abreu, 2014, p. 40)⁸. O reconhecimento desses patrimônios depende não apenas da análise histórica e geográfica dos lugares, mas também das narrativas daqueles que preservam suas memórias. As políticas patrimoniais e territoriais voltadas a povos indígena e, quilombolas etc. constituem instrumentos de garantia de direitos e de resistência aos processos de apagamento. Entretanto, sua institucionalização também revela tensões, pois os limites conceituais do patrimônio cultural imaterial nem sempre abrangem a complexidade das experiências humanas (Morais, 2019).

Ao ampliar o reconhecimento de memórias coletivas e alteridades, a patrimonialização da cultura imaterial possibilita aos habitantes, comunidade em geral e até visitantes “sonhar a cidade, poetizar, mitificar, fabular, para instaurar a liberdade remitificante de ver, na tensão entre passado e presente, a possibilidade de participar de forma efetiva do projeto de humanização no trajeto da humanidade” (Rocha; Eckert, 2009, p. 467)⁹. É nesse horizonte que se inserem experiências relacionadas a territórios quilombolas, terreiros bem como aos territórios de populações ribeirinhas, às margens das águas, das bacias hidrográficas, casos contemplados nesta apresentação.

A base jurídica dessas políticas encontra-se nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988¹⁰, que asseguram a proteção das manifestações culturais e

⁷ NUNES, Margaret Fagundes; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografando Narrativas Étnicas No Espaço Da Cidade: Os Negros E As Ações Afirmativas Na Sociedade Brasileira Contemporânea. In: Revista Iluminuras. Porto Alegre, v.10, n.23. 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/10075>.

⁸ ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (Orgs). Escritos sobre espaço e história. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

⁹ ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. A Cidade e suas Crises, o Patrimônio pelos viés da Memória: por que e como preservar o passado?. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, Brasil, v. 4, n. 1, p. 455-470, 2009. DOI: 10.18224/hab.v4.1.2006.455-470. Disponível em:

<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/364>. Acesso em: 23 jun. 2026.

¹⁰ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. [...]

Art. 216 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

definem, como patrimônio cultural brasileiro, os bens materiais e imateriais associados à identidade, à memória e aos modos de vida dos diferentes grupos formadores da sociedade. Essa concepção de cultura, centrada nos modos de “criar, fazer e viver”, Assim, a dimensão ética das políticas patrimoniais exige participação social e reconhecimento das diferenças. Os projetos patrimoniais são atravessados pela tensão entre alteridade, direitos humanos e liberdade individual e a preservação do patrimônio deve estar associada à produção de sentido para os grupos sociais e à memória coletiva dos lugares. Nessa perspectiva, a confiança dos habitantes em sua cidade relaciona-se à “circularidade dos sentidos” produzida pelas transformações e permanências dos espaços urbanos, possibilitando a construção de referências identitárias e narrativas compartilhadas (Rocha; Eckert, 2009).

A UNESCO¹¹ destaca que o patrimônio cultural e natural constitui um bem insubstituível para toda a humanidade, cuja perda representa empobrecimento coletivo. Mais do que monumentos e edificações, o patrimônio envolve práticas, saberes, memórias e identidades. O reconhecimento de patrimônios materiais e imateriais tem contribuído para tensionar narrativas históricas hegemônicas e evidenciar grupos antes silenciados.

As reflexões sobre patrimônio, também exigem considerar os efeitos do colonialismo e das políticas eurocêntricas de organização do espaço urbano, neste contexto. Os “contra-lugares”, lugares de resistência que escapam às concepções lineares de progresso¹², revelam experiências locais e fragmentárias frequentemente ocultadas pelas narrativas hegemônicas. Neles coexistem dimensões míticas, fantásticas

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. [...]

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: Planilha de Legislação da Presidência da República.

¹¹ Segundo a UNESCO, o patrimônio cultural (assim como o natural) “faz parte dos bens inestimáveis e insubstituíveis não só de cada país, mas de toda a humanidade. A perda, por degradação ou desaparecimento, de qualquer desses bens eminentemente preciosos constitui um empobrecimento do patrimônio de todos os povos do mundo. Pode-se reconhecer, com base nas respectivas qualidades notáveis, ‘um valor universal excepcional’ a certos elementos do referido patrimônio que, por essa razão, merecem ser muito especialmente protegidos contra os perigos cada vez maiores que os ameaçam” (UNESCO, 2008, p. 12 e 13)

¹² Como debatido em “Heterotopías y Heterocronías”, Rocha, Eckert e Cervo discutem as relações entre espaço e tempo a partir de diferentes camadas temporais que coexistem nas cidades. Dialogando com Foucault, os autores articulam utopias, heterotopias e heterocronias para pensar lugares de resistência que escapam às concepções lineares de progresso.

e concretas da vida social, produzidas pelas memórias e práticas de seus habitantes. As cidades, destacados os contextos latino-americanos, podem, assim, ser compreendidas como espaços de superposição temporal e de permanente reinvenção, capazes de questionar idealizações históricas por meio de processos de descolonização.

Nessa perspectiva, a cidade surge como espaço habitado e narrado, constituído por memórias, imagens, trajetórias e formas de interação social e pode ser reconhecida por meio destas narrativas e dos itinerários construídos por indivíduos e grupos que continuamente recriam seus modos de viver e significar o espaço urbano.

A família Borel: o legado do Mestre, a ancestralidade e as práticas de Pingo Borel

Seu nome de registro era Walter Calixto Ferreira, mas em todos os cantos da cidade de Porto Alegre e em diversas localidades do Brasil ele era mais conhecido como Mestre Borel¹³. Falecido na manhã de 04 de julho de 2011, ainda hoje seu nome e suas histórias ecoam e ressoam sobre a população negra e a cidade de Porto Alegre como um todo. Borel era um guardião das memórias, não só de suas próprias, mas também das memórias daqueles com quem conviveu, da cidade, e dos diversos locais por onde andou. Era um contador de histórias, da sua história, mas também da história da cidade e de seu povo. Dentre as suas várias facetas, a de pesquisador da cultura negra é marcante justamente pela sua aptidão ao discurso, com sutis ironias e brincadeiras, tratando de assuntos muito sérios e ironizando preconceitos e desconhecimentos de plateias diversas. Além disso, ele foi e ainda é um dos nomes de referência do batuque gaúcho, que está presente em muitas memórias e histórias¹⁴. Não é incomum que usem seu nome como uma forma de validar uma posição, inclusive, como me conta o seu filho em mais de uma ocasião. Mas isso não é novidade, nas histórias contadas por

¹³ O mapeamento de casas de religião de matriz africana do Rio Grande do Sul traz mais informações sobre essa religiosidade e também condensa histórias de Mestre Borel.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Mapeamento das casas de religião de matriz africana no Rio Grande do Sul : Módulo 1 – Porto Alegre e Grande Porto Alegre. / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Porto Alegre : Iphan, 2024. 327 p. e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Mapeamento das casas de religião de matriz africana no Rio Grande do Sul : Módulo 2 – Jaguarão, Pelotas e Rio Grande/RS / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Porto Alegre : Iphan, 2024.

¹⁴ Seleção de crônicas com falas de Borel sobre o tambor, o Batuque do RS e a cidade de Porto Alegre: <https://youtu.be/vF7cUorxbpl>, <https://youtu.be/5wPpEDWpC14>, <https://youtu.be/wiJpEl4KtNw>, https://youtu.be/uEH_KDWcuJU, <https://youtu.be/rBAbuPHtFl0>, <https://youtu.be/TXSmZv8GZvY>, <https://youtu.be/q3owSyhbPsc>

Pingo, isso acontecia inclusive em encontros com ele e com o próprio Mestre, confusão que ambos acostumaram a tirar de letra, e de forma jocosa.

Borel foi um entusiasta da cultura negra. Tamboreiro, compositor, sambista, carnavalesco e ator de teatro, ele ainda planejou dois livros, dos quais conseguiu finalizar a publicação de um, o livro *Agô-iê, vamos falar de Orishás?*¹⁵. O outro é guardado com carinho e cuidado por Pingo, para ser organizado e publicado como homenagem ao pai.

Considerado por muitos "o mais velho e antigo Alabe que se tem notícias"¹⁶, tinha conhecimento profundo dos toques e das diferenças entre toques e cantos das nações, da língua Yorubá, que falava com fluência e dos fundamentos da religião. Esses ensinamentos foram passados para os filhos desde a infância, como conta Pingo.

Segundo relatos gravados, ele teria nascido em 1924, na cidade de Rio Grande, vindo para a capital gaúcha em 1925¹⁷, com pouco mais de 06 meses de idade. Mas nas conversas com Pingo, tive contato com informações diferentes sobre sua idade. Provavelmente para evitar problemas, mas talvez porque não fizesse questão de explicar esse fato, Borel manteve esse segredo durante a vida, mas Pingo conta que ele nasceu em 1909 e teria sido registrado apenas em 1924, quando consta oficialmente seu nascimento. Na cidade de Porto Alegre, foi morador da Ilhota, da Bacia do Mont Serrat e da Restinga, onde a família ainda mantém sua casa. Mas ele também foi marinho, na década de 40, e morou no Rio de Janeiro, em meados da década de 60, onde teve uma empresa de construção e, em Salvador/Bahia, foi Ogã/Ilú da casa da Mãe Menininha do Gantois¹⁸.

Protagonista de muitos documentários, reportagens e pesquisas, foi protagonista no documentário *Mestre Borel a ancestralidade negra em Porto Alegre*¹⁹, que estreou em 2010, com roteiro de Ana Luiza Carvalho da Rocha e direção de Anelise Gutterres. Nele, o mestre fala sobre suas memórias e experiências na cidade de Porto Alegre e ao

¹⁵ O livro está à venda em sebos, e disponível para leitura online em <https://pt.scribd.com/document/719411159/Ago-Ie-Vamos-Falar-de-Orishas>

¹⁶ Reportagem da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul (SECULT RS), que fala do falecimento do Mestre e de seu reconhecimento, além de informações sobre o documentário Mestre Borel, a Ancestralidade Negra em Porto Alegre <https://cultura.rs.gov.br/comunidade-negra-gaucha-perde-seu-mestre>

¹⁷ Site do Projeto *O Berço do Batuque no RS*, realizado pelo grupo Alabê Ôni, vencedor do 4º Prêmio Nacional de Expressões Culturais Afro-brasileiras na categoria Música – Preservação, o projeto aborda saberes da Nação Oyó-Idjexá, por meio do legado musical deixado por Mestre Borel. <https://projetobercodobatuquers.wordpress.com/pesquisa/sobre-borel/>.

¹⁸ Reportagem falando sobre Mãe Menininha do Gantois, considerada a maior Mãe de Santo do Brasil <https://www.bbc.com/portuguese/geral-62375929>

¹⁹ Documentário disponível em <https://youtu.be/L4ZenoSR9kQ>

redor do Brasil e discorre sobre saberes e fazeres da cultura de matriz africana no Brasil, tratando sobre seus conhecimentos históricos, religiosos, mitológicos e artísticos, ligados à sua ancestralidade africana e que retratam seu convívio com os mais velhos. E do documentário *A Tradição do Bará do Mercado*²⁰, de 2008, que traz relatos de 7 religiosos de matriz africana, para falar sobre o fundamento afro-religioso do Bará do Mercado Público e seus fundamentos, “a partir dos percursos e experiências urbanas desses negros na cidade de Porto Alegre”. Os entrevistados do documentário são: Adãozinho do Bará, Mãe Norinha de Oxalá, Mestre Borel, Mãe Maria de Oxum, Mãe Angélica de Oxum, Pai Nilsom de Oxum, Baba Diba de Iemanjá, que integram a CEDRAB – Congregação em Defesa das Religiões Afro-brasileiras – fundada em 2004 por Mãe Norinha de Oxalá, idealizadora do projeto. O documentário objetiva difundir essa tradição e as práticas relacionadas a ela dentro e nos arredores do Mercado Público de Porto Alegre.

Falecido na manhã do dia 04 de julho de 2011, aos 103 anos, mas suas narrativas seguem reverberando na cidade de Porto Alegre, ele foi protagonista de diversas pesquisas, entrevistas e documentários, e suas histórias hoje estão disponíveis através das histórias contadas pelos que o conheceram e através de acervos, publicações e materiais gravados. Mas isso não faz com que ele seja um interlocutor distante ou ausente na pesquisa. Ele também é memória viva através do legado deixado, que inspirou a criação do *Ponto de Cultura*²¹ e *Memória*²² Centro Cultural Mestre Borel²³, no bairro Viamópolis, em Viamão, na casa de seu filho mais novo, Walter Mello Ferreira, também conhecido pelo seu nome artístico, Pingo Borel.

Pingo e o Ponto de Cultura e Memória Centro Cultural Mestre Borel

Pingo Borel é um dos principais responsáveis pela continuidade do legado deixado por Mestre Borel, junto com outros descendentes de Borel e os muitos admiradores de seu trabalho e trajetória. Filho mais novo do mestre, cresceu acompanhando suas atividades, ouvindo suas histórias e aprendendo os conhecimentos

²⁰ Documentário disponível em <https://youtu.be/VDJ7Bon9OSg>

²¹ Certificação de Ponto de Cultura emitida pelo Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura <https://culturaviva.cultura.gov.br/agente/205304/>

²² Certificação de Ponto de Memória emitida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) <https://cadastro.museus.gov.br/pontos-de-memoria/centro-cultural-mestre-borel/>

²³ Website do Centro Cultural <https://centroculturalmestreborel.com.br/>, Página do Facebook do Centro Cultural <https://www.facebook.com/CentroCulturalMestreBorel/> e perfil no Instagram <https://www.instagram.com/pcmborel/>

relacionados ao batuque gaúcho, às religiões de matriz africana e às diferentes formas de fazer e transmitir cultura, além dos aprendizados relacionados à filosofia de vida e ética. Ao longo dos anos, tornou-se músico, artesão, educador e agente cultural, assumindo o compromisso de preservar e compartilhar esse patrimônio com novas gerações. Muitas das histórias sobre Mestre Borel que hoje circulam entre pesquisadores, religiosos, artistas e membros da comunidade chegam através das narrativas contadas por Pingo, que mantém viva uma memória construída tanto pelos documentos e registros quanto pela convivência cotidiana, além de trilhar o seu próprio caminho enquanto multiartista e educador.

Músico e multi artista, atua na cultura popular afro-brasileira, seguindo os passos do pai. Tamboreiro e percussionista, sua jornada artística é profundamente interligada à rica herança de sua família, uma vez que seu pai foi um ícone da cultura afro-gaúcha e do batuque no Rio Grande do Sul. Atualmente, é componente da banda Chimarruts e atua como multiplicador da cultura do batuque, com seu Ilú²⁴ - instrumento tradicional no Batuque do Rio Grande do Sul. Além disso, buscou uma formação técnica na flauta doce, no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Colabora ativamente com diversos outros projetos e artistas.

Já o Centro Cultural constitui-se como um espaço de encontro onde memória, cultura e ação comunitária se articulam de forma inseparável. Ao longo do ano são realizadas oficinas, encontros, apresentações culturais, atividades de formação, ações solidárias e eventos voltados à valorização da cultura afro-brasileira. Entre as ações estão as atividades comunitárias realizadas durante o período natalino, que mobilizam moradores, voluntários e parceiros em torno da arrecadação e distribuição de doações, da realização de confraternizações e de atividades voltadas às crianças da comunidade.

A participação de pessoas externas nesse processo acontece de diferentes formas e as atividades de difusão cultural e salvaguarda de memória e do patrimônio cultural relacionado à cultura negra e de população de terreiro - legado de Mestre Borel e áreas de atuação de Pingo - se dão através de: oficinas, atividades de acolhimento e assistência social à comunidade (como distribuição de cestas básicas, marmitas prontas ou brinquedos na festa de Natal), mas também com a participação em eventos, palestras

²⁴ Sobre o Ilú e sua confecção, confira o artigo Ilú: toque da ancestralidade, de autoria de Elisa Algayer Casagrande, Walter Mello Ferreira, Olavo Ramalho Marques e Jeferson Bossoni Mendes, disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fotocronografias/article/view/142102>; e o mini documentário Ilú - filme da Oficina de Audiovisual NUPEPA/ImaRgens Especial NAVISUAL, da mesma equipe <https://www.youtube.com/watch?v=JPtpvyE6j6k>

e oficinas externas, inclusive junto à universidades, inscrição de projetos próprios na busca de recursos de fomento públicos e privados enquanto agente cultural e ponto de cultura e memória, e a participação em projetos e pesquisas diversos enquanto convidado. A trajetória do Centro Cultural e de Pingo se misturam, se cruzam e se fundem, mas também se constituem de atividades distintas e individuais. Claro que enquanto músico ele leva consigo o legado de sua trajetória de vida e a ancestralidade da família, mas também pretende uma atuação individual e autoral. É na fusão desses dois caminhos que se constituem as atividades de preservação e continuidade da cultura ancestral.

Dentre as oficinas que são realizadas no Centro Cultural, estão as de: confecção de ilús, percussão e flauta doce. E todas as atividades perpassam conversas sobre cultura e ancestralidade. Além disso, Pingo também faz Ilús quando recebe encomendas, atuando como luthier, reforma tambores e congas, faz colares, agbês (instrumento musical de percussão muito presente no batuque gaúcho, feito com uma cabaça seca revestida por sementes ou miçangas²⁵) e artes entalhadas em madeira. Nos projetos, destacam-se as atividades musicais e também o desejo de registrar, manter e organizar o acervo de materiais - também de registros feitos por terceiros -, e buscar novas formas de difusão, como livros e documentários. Os registros videográficos, fotográficos e as histórias guardadas na memória e passadas de geração em geração, revelam Mestre Borel como um guardião da memória da cidade de Porto Alegre, e um legado que ainda ecoa.

A minha mãe, o meu pai, moramos todo mundo ali. Se criamos ali. Nós éramos do Areal da Baronesa, veja bem né. E dali a gente... Por que é um círculo, sabe? A gente ia lá na Ilhota, no Areal, mas esse núcleo de negros sabe, essa senzala, abrangia tudo isso. Pegava a Ilhota todinha, o Areal da Baronesa todinha, a Cidade Baixa toda, até a Borges, porque dali pra lá era zona de meretrício. E era riacho também, dali não passava nada. (Fala do Mestre Borel presente no documentário etnográfico Memórias do trabalho, Porto Alegre 250 anos. Eckert; Rocha, 2023²⁶).

Localizada no Bairro Cidade Baixa, região central da cidade, a Ilhota²⁷ foi um território de grande densidade simbólica para o povo negro de Porto Alegre. Às margens do antigo Riacho, atual Arroio Dilúvio e muito próxima do Arraial (ou Areal) da

²⁵ Crônica em que Borel fala sobre os sons do Agbê <https://youtu.be/RqkGlvTVy7c>

²⁶ Disponível em: <https://youtu.be/4ALOkFIdtQw?si=MAPB1JxxuLs37IWu>

²⁷ Sobre o tema, sugiro o artigo Resgate da Memória na Ilhota: Território negro mítico de Porto Alegre/RS, a partir de fotografias de acervo, de Felipe da Silva Rodrigues e Elisa Algayer Casagrande, publicado na Revista Iluminuras, disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/140454/95435> e o artigo Memória Ambiental e População Negra em Porto Alegre: O Aterro do Bairro Praia de Belas, de Elisa Casagrande, publicada na CADECS, disponível em: <https://periodicos.ufes.br/cadeecs/article/view/45352/30715>

Baronesa, território negro que tem como remanescente o Quilombo do Areal, mesmo depois de um apagamento físico, realizado a partir da remoção das famílias pelo Projeto Renascença²⁸, entre os anos 1960 e 1970, e a retificação do arroio, permanece vivo através da recriação da comunidade no Bairro Restinga - localizado no extremo sul da cidade - e as memórias dos antigos habitantes²⁹.

O areal da Baronesa era o ponto nevrálgico dos negros... Porque aquilo ali é considerado o Areal da Baronesa não é, mas nós morávamos... no Pão dos Pobres, naquela zona do Pão dos Pobres... É, então, aquela parte do Areal da Baronesa, da Rua da Margem, que é João Alfredo, não é? Cidade Baixa, para até o Pão dos Pobres ali, toda aquela zona praiana ali, aquilo tudo pertence à Ilhota [corrige], ao Areal da Baronesa. [...] O centro, o centro de Porto Alegre é esse, quer dizer, Porto Alegre, centro. Quando estavam fazendo a avenida Borges, eles tavam cavando aquele troço lá, naquela parte que já pegava da Borges pra lá, ali já era Areal da Baronesa.. já era Cidade Baixa, como eles chamavam. Na parte praia, né, do centro pra lá. Do centro pro bairro. Então João Alfredo, José do Patrocínio, que era a antiga Rua da Margem e a Rua da República. Essas ruazinhas todas que pegavam assim, então como é que era Porto Alegre [...] Descendo a avenida Borges, ali já é da Cidade Baixa, então aqui onde tem aquele cinema ali, cinema Capitólio [...] dali pra lá já tudo, já tudo era cidade baixa. Só ela vinha só até ali. [...] ela vinha até a Borges, da Cidade Baixa, aqui ela já entrava na João Alfredo, praia já não tinha mais, porque não tinha mais saída aqui. Então o escape era justamente pela João Alfredo. Então pela João Alfredo, a senhora vinha até a Rua da República. A Rua da República tinha uma ponte, um pontilhão de madeira que ligava o Pão dos Pobres, era a primeira rua, a Luiz Afonso. (Fala do Mestre Borel no documentário etnográfico *Mestre Borel, a ancestralidade negra em Porto Alegre*, Rocha et al, 2010)

Pelotas Pelas Águas

²⁸ O Projeto Renascença, executado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre entre os anos de 1975 e 1979, teve como objetivo promover a reurbanização e revitalização da região central da cidade. Dentre as intervenções programadas pelo Projeto Renascença constava a reurbanização da “Ilhota”, uma área de ocupação negra situada às margens do arroio Dilúvio, dentro dos limites do Bairro Cidade Baixa. Como consequência da intervenção do Projeto Renascença, ocorreu a transformação física e social da área, com remoção dos antigos moradores para outros bairros periféricos da cidade, como por exemplo para a Restinga, no extremo sul de Porto Alegre.

²⁹ Para saber mais sobre o tema, o artigo de Felipe da Silva Rodrigues e Elisa Algayer Casagrande, intitulado Deslocamentos da Memórias: narrativas de remoções e resistências urbanas, disponível em: <https://www.ram2025.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRF9BUiFVSZPXCi6XCiYMTQyXCJ9IiwiaCI6ImFiZDEzYWVlNmY1N2NmJmZiYWM1NTY1NzBIYmY1ZDRkIn0%3D>. E, além disso: DA SILVA RODRIGUES, Felipe; ALGAYER CASAGRANDE, Elisa. Resgate da memória na ilhota: Território negro mítico de Porto Alegre/RS, a partir de fotografias de acervo . ILUMINURAS, Porto Alegre, v. 26, n. 70/1, p. 53–76, 2025. DOI: 10.22456/1984-1191.140454. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/140454>. Acesso em: 23 jun. 2026.

Neste ponto, trazemos o processo de pesquisa do Projeto de Extensão e Cultura - Pelotas Pelas Águas (PPA)³⁰, buscando identificar narradores urbanos que através de suas memórias e itinerários, refletem as relações ecossistêmicas da cidade com o ambiente, com as áreas úmidas de campos banhados. A discussão de memória ambiental da/na cidade é relevante para subsidiar com dados etnográficos políticas públicas com relação às questões ambientais na cidade, discutir sobre a relação entre saberes tradicionais, biodiversidade e sociedade, considerando a crise ambiental. Atenta-se para as práticas e saberes de diferentes grupos que habitam as margens do Canal São Gonçalo, trazendo suas memórias e itinerários urbanos como patrimônio da cidade³¹, na discussão de ambientalização dos problemas sociais³²

A cidade de Pelotas se revela na sua complexidade tendo em vista “a disputa pelas áreas úmidas”, discussão que localiza a cidade no tempo: em fins do século XIX, no intercâmbio entre sal e açúcar, em que Pelotas era atravessada pelas tropas de gado da pampa considerando o processo de criação/ abate/ produção/comercialização do charque e, atualmente pelo escoamento de madeira e grãos pelo Porto de Pelotas que se revitaliza, destacando a cidade pela sua geografia hídrica e matriz urbano- industrial. Objetivamos constituir acervo etnográfico sobre Pelotas Pelas Águas aberto à comunidade, como uma forma de conhecer e recontar a história da cidade. O acervo se faz como uma ação de extroversão do projeto e cuidado com os dados etnográficos, bem como, de formação dos/das discentes em Antropologia. Destaca-se aqui, que a constituição deste acervo contou com a parceria entre o GEEUR-Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos/UFPEL e o Biev-Banco de Imagens e Efeitos Visuais/UFRGS, por intermédio de realização de oficinas sobre acervos e repositórios digitais.

³⁰ O PPA se constituiu no curso de Bacharelado em Antropologia, a partir de ações de extensão vinculadas aos conteúdos de Antropologia e Meio Ambiente e Antropologia Urbana. Estas ações se redimensionam com a curricularização da extensão, considerando que o projeto de extensão PPA integra o Programa de Extensão do Curso#, estabelecendo ampliação dos conteúdos envolvidos - a vinculação com a disciplina de Patrimônio Cultural, por exemplo -, bem como, possibilitando uma maior articulação com as disciplinas metodológicas.

³¹ Rocha, Ana Luiza Carvalho da. Paisagens Hídricas e Memória Ambiental em Porto Alegre: 4 Distrito sob o fluxo das águas e no ritmo do trabalho. PPGAS: UFRGS, Porto Alegre, 2026.

³² LOPES, José Sérgio L. Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre os dilemas da participação. Horizontes Antropológicos, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006.

Ações que antecederam o PPA

Etnografamos a cidade de Pelotas caminhando junto com seus habitantes, registrando modos de vida, visões de mundo, práticas e saberes em diários gráficos, exposições e escritas com desenho. Iniciamos este percurso de pesquisa/ensino e extensão pela caminhada no “Arroio Pepino: caminhada às margens de um arroio urbano em Pelotas”³³, estimulados pela pergunta: Em Pelotas, até valetão tem nome? Em que desenvolvemos a reflexão sobre as águas urbanas e suas referências na cidade, de modo a tensionar as distâncias entre os agentes envolvidos inseridos nos fluxos de vida, buscando levar a sério outros regimes de relação Natureza e Cultura. Trata-se de uma obra coletiva que narra a cidade utilizando diferentes suportes, escrevemos com imagens.

Em seguida, caminhamos e produzimos: o “Diário Gráfico - Às margens da Jaguarão, viagem etnográfica entre os Cerros e os Rios”³⁴, ação extensionista, onde pensamos a cidade posicionada na fronteira, delimitada pelo rio Jaguarão, entre Brasil e Uruguai.

Caminhamos junto com arquitetos e urbanistas, no projeto unificado “Errando se aprende a errar”³⁵, coordenado pela Profa. Emanuela Di Felici FAURB/UFPEL, ação exploratória visando a construção do conhecimento a partir de uma experiência sensorial e corporal com /na cidade, onde se evidenciou a particularidade das formas de caminhar entre as diferentes áreas de conhecimento.³⁶ Aqui, a cidade, na região do Porto, foi desenhada pela antropóloga trazendo as múltiplas escalas que compõem o lugar.

Caminhamos pelo Pontal da Barra, em meio a conflitos ambientais de constituição de área de preservação ambiental na cidade de Pelotas. Realizamos esta atividade junto a disciplina de Antropologia e Ambiente, integrando os cursos de graduação e pós-graduação em Antropologia/UFPEL, ministrada pelas Professoras Flávia Rieth/ UFPEL, Ana Luiza Carvalho da Rocha/ UFRGS e Adriana

³³ Diário Gráfico publicado em RIETH, Flávia et al. Arroio Pepino: caminhada às margens de um arroio urbano em Pelotas/ RS. Revista Tessituras: PPGANT/UFPEL v.7 n. 2 (2019) Dossiê Antropóéticas : outras etnografias.

³⁴ Diário Gráfico publicado em RIETH, Flávia e NUNES, Juliana et al. Revista Altera Revista de Antropologia / UFPB, v. 2, n.9. (2019)

³⁵ DI FELICI, Emanuela. Projeto Unificado UFPEL Errando que se aprende a errar. n.1978

³⁶ RIETH, Flávia. “Descobrir caminhos, desenhar a cidade: temporalidades do bairro Porto em Pelotas”. I Mostra de Desenho Etnográfico, Reunião Brasileira de Antropologia 2020.

Penafiel/FURG, no ano de 2022.³⁷

Já no processo de curricularização da extensão, construímos o diário gráfico: “Pelotas Pelas Águas: cenas narrativas plurais sobre a inundação de maio de 2024, em Pelotas”³⁸, produção coletiva da turma de Antropologia I do curso de Licenciatura em Ciências Sociais/UFPEL, vinculada ao projeto unificado Extensão e Sociedade, que trata da relação entre pessoas, bichos e coisas e as águas de Pelotas. São relatos de pescadores, moradores ribeirinhos, lideranças comunitárias e outros narradores urbanos que compõem as cenas, em montagens sensíveis onde misturam-se mapas, fotografias, desenhos que figuram as experiências da inundação de maio de 2024. O diário se constitui em material didático sobre crise ambiental para o ensino médio, buscando evidenciar as múltiplas relações dos habitantes de Pelotas com as águas urbanas, pois a inundação atingiu a população de diferentes formas, observando-se a configuração de redes de apoio e de cuidado na cidade, bem como, as fraturas sociais. Neste material, utilizou-se da perspectiva de Paulo Freire, da pedagogia da pergunta para fazer a articulação com a sala de aula.

A definição do “bairro” Porto como sítio da pesquisa/extensão/ensino do PPA acontece na disciplina de Antropologia e Meio Ambiente (2024), em decorrência da inundação ocorrida, no mesmo ano, no Rio Grande do Sul em seus efeitos na cidade de Pelotas. A partir do segundo semestre de 2024 realizamos relatos/notas etnográficas na Conferência Municipal de Meio Ambiente, participamos da Conferência Municipal da Cidade/Pelotas e caminhamos pelo Porto, considerando os conteúdos de Antropologia e Meio Ambiente e Antropologia Urbana. Junto ao projeto “Trabalho, paisagem, patrimônio e tempo: o acervo do Inventário da Lida Campeira sob o olhar do desenho” realizamos oficinas de acervos e repositórios digitais em parceria com o BIEV/UFRGS; organizamos eventos sobre PPA em parceria com o Projeto Encontro de Saberes; e, atualmente, estamos construindo o acervo deste percurso com vista a organização de exposição como uma ação de extroversão do PPA, com o objetivo de conhecer a cidade de Pelotas a partir da experiência de seus habitantes, em que suas memórias figuram como patrimônio da cidade.

³⁷ SANCA, Marciano Pontal da Barra Do Laranjal e os Guardiões da Memória Ambiental: Conflito Socioambiental e a Noção de Pertencimento. VIII Congresso de Ensino de Graduação. Pelotas, SIIPE/UFPEL. 2022.

³⁸ RIETH, Flávia, SIQUEIRA, Gabriela P. et al. Diário Gráfico - “Pelotas Pelas Águas: cenas narrativas plurais sobre a inundação de maio de 2024, em Pelotas” Revista Áltera, João Pessoa. n.20 (2025)

Pelotas em sua geografia hídrica e o tempo

A cidade de Pelotas está localizada na encosta inferior da Serra dos Tapes – porção oriental do Escudo Cristalino Sul-Rio-Grandense – e, pela Planície Costeira Interna, nas margens do Canal São Gonçalo, ligação natural entre a Laguna dos Patos e a Lagoa Mirim. Como muitas cidades, os cursos d’água foram preponderantes para a ocupação do território. Pelotas foi implantada na Planície Costeira, observando-se as áreas de terraço para o abrigo das cheias do Arroio Pelotas, do Santa Bárbara e do canal São Gonçalo (Vieira, 2020, p. 35). Nessa área, ao final do século XVIII, desenvolveu-se a “produção escravista charqueadora meridional” (Gutierrez, 2010).

O tratado de Santo Ildefonso, de 1777, estabelece os Campos Neutrais³⁹ que se configuravam como um “curral nativo”, com abundância de gramíneas e aguadas, sujeita ao contrabando de couro e animais. A partir desse Tratado de fronteiras entre as coroas portuguesa e espanhola consolida-se a expansão do domínio colonial com a expulsão e escravização dos grupos indígenas e outorga de sesmarias para militares e religiosos:

Entre o Piratini e a laguna dos Patos, cinco arroios chegavam à margem norte do São Gonçalo. As sesmarias delimitadas por estes acessos fluviais, transformaram-se em um conjunto formado por estâncias, charqueadas e olarias chamadas de Pavão, Santana, São Tomé, Santa Bárbara e Monte Bonito.” (Gutierrez, p. 30, 2010).

Em 1780, Monte Bonito é dividido em 19 datas de terras, os banhados nas bordas do canal São Gonçalo despertam interesse pela proximidade com os Campos Neutrais e pelo acesso aos corpos hídricos, fator de importância para as manufaturas de produção de charque, bem como para o intercâmbio da produção pelo oceano Atlântico. Nessa área alagadiça, ao longo do século XIX, estabelecer-se-iam trinta charqueadas contíguas às margens do Canal São Gonçalo, dispondo de poteiros – com caminhos que as ligavam à Tablada, lugar de comercialização do gado –, com olarias, hortas e pomares e, no terreno ribeirinho, situava-se a casa e a fábrica de salga, onde havia o varal de charque e o porto para o escoamento da produção.

A economia saladeril foi incrementada na segunda metade do século XIX, e condicionou o desenvolvimento de outras atividades econômicas. A instalação das

³⁹ “Campos neutrais foi como se chamaram os campos compreendidos entre a Lagoa Mirim e o Oceano Atlântico, do banhado do Taim ao arroio Chuí, quando Portugal e Espanha por ali estabeleceram entre si uma zona neutra, através do tratado de São Ildefonso, em 1777. A área que aos poucos foi passando ao domínio português, corresponde agora ao extremo sul do Brasil e do Rio Grande do Sul, incluindo os atuais municípios de Chuí e Santa Vitória do Palmar, além de parte de Rio Grande”. SCHLEE, Aldyr Garcia. *Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio-Grandense*. Pelotas: Fructos de Paiz, 2019. p.194.

charqueadas nas margens do Canal São Gonçalo foi essencial na organização de uma rede de transporte fluvial, lacustre e terrestre, considerando os caminhos da pampa: da criação, do abate e da comercialização do charque, dos subprodutos da salga, de pessoas escravizadas e do açúcar, como aponta o Inventário Nacional de Referências Culturais: Produção dos Doces Tradicionais Pelotenses (Rieth, 2008). A atividade condicionou, igualmente, o afastamento da cidade do sítio charqueador e dos caminhos das tropas – do complexo charqueada-estância – por ser um lugar insalubre, mórbido, um ambiente de matança e trabalho escravizado, conforme os relatos de viajantes (Dreys, 1839; Saint-Hilaire, 2002).

Conforme Gutierrez⁴⁰, a indústria charqueadora consolidou o sistema escravista no Rio Grande do Sul, e foi reproduzida em países como Uruguai e Argentina. As “charqueadas de Pelotas” eram descritas pelos viajantes como insalubres, por exalar um cheiro nauseabundo de sangue e de carne putrefata; já a fumaça das fornalhas tinha odor de gordura e ossos carbonizados. A área fedia a carniça. Os viajantes esbarravam em ilhas movediças “formadas de agregação furtuita de porções daqueles detritos moles que surgiam na superfície das águas quando a fermentação desenvolvia os gases que continha” (p. 19, 2010). O núcleo urbano, a certa distância das charqueadas, vai ser o local destinado às residências das famílias dos charqueadores, e de demonstração da riqueza e do prestígio social da elite na época, bem como das ambiguidades e contradições da sociedade estratificada que ali se consolidou (Vargas, 2016; Rieth *et al.*, 2022).

Atenta-se, assim, para a cidade histórica de Pelotas, considerando as suas confluências temporais e suas *bordas* entre águas doces e salobras e a terra, paisagens habitadas e lembradas pelo Sr. José Camilo Pires Pereira, nascido em 1951, narrador

⁴⁰ Ester Gutierrez (2010) indica que o sítio charqueador pelotense foi o local habitado anteriormente pelos indígenas Tapes#, durante o verão, em deslocamento da serra para a planície costeira com o objetivo de pesca. Estudos arqueológicos e históricos indicam que a região integrava a expansão territorial dos Guarani pelas bacias do Rio da Prata, tendo como possível rota o Rio Jacuí, de onde podiam acessar tanto o litoral e o norte quanto o interior em direção ao sul (Bonomo *et al.*, 2015). A área integrou também os territórios dos Povos jesuítas, com presença de indígenas missionários e de “estâncias dos Guarani”, os quais utilizavam os cursos d’água e curvas dos rios para manejo do gado bovino (Sarreal, 2014). Os estudos arqueológicos de Rafael Milheira *et al.* (2016) identificaram um complexo de cerritos na região, destacando os 18 sítios arqueológicos no Pontal da Barra. O autor observa que a área foi usada pelos grupos indígenas pampeanos como lugar de moradia com potencial agrícola, apresentando estrutura de lixeira e de sepultamento, bem como, acampamento de pesca lacustre, indícios de ocupação diversa e intensiva.

urbano de Pelotas⁴¹ (Rocha e Eckert, 2005). A noção de *borda*⁴² trata de “zonas de transição entre dois ecossistemas” (Flores, 2018). Situada no campo da Geografia, a *borda* remete aos aspectos extrínsecos desta relação, indicando os fluxos existentes, as variações entre elementos adjacentes. Mais do que área de transição, abarca o tensionamento entre dois ecossistemas em relação. Acompanho a proposição de Luiza Flores (2018) de *ocupar as bordas*, denotando o *território de existência*, ativado pelas *relacionalidades* entre humanos, não humanos e ambiente, como um lugar vivido e rememorado.

O Sr. Camilo nos apresenta Pelotas como uma cidade da pampa, de campos banhados. Camilo é peão campeiro e artista plástico. Atualmente reside no bairro Balsa, área localizada nas bordas do canal São Gonçalo, onde vive desde a infância. Camilo apresenta uma Pelotas praticada, narrando as transformações do lugar, destacando os ritmos e imagens de sua trajetória de vida inserida no cotidiano na cidade. Camilo foi empregado no frigorífico Anglo, trabalhou em feiras de remate de animais na região, em estâncias voltadas à criação de gado bovino e, atualmente, está envolvido com as suas esculturas e na hospedaria de cavalos que mantém com outros campeiros em Pelotas. Segundo ele, as observações que faz na hospedaria, na lida com cavalos em campos alagadiços, servem de estudo para as suas esculturas, posicionando-se como um observador engajado no mundo ao seu redor.

Foram diversas as caminhadas pelas bordas da Laguna dos Patos e do Canal São Gonçalo, caminhadas pela área do Porto, Balsa, Passo dos Negros e Navegantes⁴³ e pelas praias do Laranjal ao Barro Duro/Balneário dos Prazeres que possibilitaram a *familiarização* de uma Pelotas pelas águas.

Em duas oportunidades, no ano de 2023, conversamos com o Sr. Camilo sobre as diferenças de campeiriar em campos banhados⁴⁴, em *campo baixo* com relação aos *campos altos*, destaca-se, neste sentido, as relações do trabalho na pecuária extensiva

⁴¹ ROCHA, Ana Luiza C. da e ECKERT, Cornelia. O Tempo e a Cidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

⁴² Flores (2018), na tese “Ocupar: composições e resistências quilombolas”, aproxima os conceitos de *borda*, *fronteira* e *ecótono*. Diferente dos dois primeiros, a noção de *ecótono* está associada às qualidades intrínsecas entre dois ecossistemas, seja pelo aumento positivo da biodiversidade, seja pela diminuição de espécies e alteração da flora.

⁴³ LIMA, Daniel V; NUNES, Juliana e RIETH, Flávia Maria S. “Nas pegadas das tropas: a cidade e suas confluências temporais.” In: ALFONSO, Louise P; ACÁCIO, Nina e RODRIGUES, Martha. Narrativas Do Passo Dos Negros: Uma experiência de articulação multidisciplinar entre ensino, pesquisa e extensão. São João do Meriti, RJ: Desalinho, 2024.

⁴⁴ Banhado. Espaço de campo permanentemente alagado e coberto de vegetação característica. SCHLLE, Aldyr Garcia. *Dicionário da cultura pampeana sul-rio-grandense*. Pelotas: Fructos de Paiz, 2019.

com o ambiente, tendo em vista a aprendizagem atencional que se faz no “jogo entre percepção e habilidade”. Essas narrativas descentram nossa imaginação sobre a lida campeira, ao possibilitar pensar a pampa pelas águas a partir da localização de Pelotas, praticada em ambiente pluriverso.

Neste ponto cito Jacielle Sell (2017), autora que propõe a regionalização da pampa⁴⁵ considerando a diversidade de paisagens. A região de Pelotas corresponde à *Pampa Atlântico* que se caracteriza pelos campos litorâneos, planície arenosa que protege os corpos d’água interiores e onde os banhados são comuns pela proximidade do lençol freático. Essa área é caracterizada pela formação geológica recente. Os ventos a nordeste e a maresia são fatores climáticos que definem a vegetação rasteira com capões de mato e de restinga, com a presença de figueiras do gênero *ficus* e com grandes extensões de palmares de palmeira butiá (*Butiá Capitata*).

Já as caminhadas no Porto nos fazem *descobrir outros caminhos*, em que o bairro se apresenta pela coexistência de múltiplas temporalidades, destacadas em diferentes figurações: Pelotas como cidade industrial e portuária, cidade negra e cidade universitária. Como um território negro⁴⁶ que figura nas oferendas em seus cruzamentos de rua ou ao pé das Figueiras, na praça do porto. Área residencial de casarios geminados coabita o lugar com um patrimônio industrial em ruínas. O ritmo durante o dia é o da rede de vizinhança com cadeiras na calçada, bromélias brotando nos fios de luz, plantas não cultivadas crescendo em prédios em ruínas, tijolos desgastados pelo tempo .

A revitalização do bairro se processa com a chegada da Universidade Federal de Pelotas que restaura muitos dos prédios do antigo aparato fabril para contemplar a atividade de ensino-aprendizagem, nesta área estão localizados o Instituto de Ciências Humanas e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, o Centro de Artes, as Engenharias na Cotada, entre outros Centros de Ensino. O bairro, acompanha o ritmo do calendário acadêmico, com o movimento de estudantes e do transporte coletivo em diferentes itinerários urbanos.

A revitalização do antigo porto da cidade impacta o bairro, traz o movimento de ida e volta dos caminhões carregados de madeira e calcário da região pampeana,

⁴⁵ A regionalização proposta por Jaciele Sell (2017) tem como critério balizador a geodiversidade associada biodiversidade e patrimônio paisagístico para caracterizar a Pampa dos Matacões, o Pampa Atlântico, o Pampa Serrano, o Pampa das Mesetas, o Pampa do Espinilho, e o Pampa Ondulado.

⁴⁶ Ver INCHAUSPE, Ícaro V. Navegar caminhos e descobrir traje(his)tórias da e na cidade : um estudo antropológico sobre temporalidades, territórios e sociabilidades na região do bairro Porto de Pelotas/RS. PPGANT/UFPEL. Dissertação de Mestrado, 2018.

matérias primas que seguem pelas águas do canal e da Laguna dos Patos até o porto de Rio Grande ou o de Porto Alegre para outros destinos. O trânsito constante de caminhões nas 24 horas do dia e da noite afeta os ritmos do bairro. A rua Conde de Porto Alegre, entrada sul do porto, foi asfaltada permitindo o aumento da velocidade dos caminhões na via, por outro lado, o asfalto ameniza o problema das rachaduras nas casas provocado pelo transporte da carga pesada.

Tais caminhos revelam aqueles de uma matriz industrial da cidade, (Rocha,2026)⁴⁷ que se vale das águas como recurso e hidrovia. Aqui remetemos a Guilherme Almeida (2021)⁴⁸ para o traçado de uma história da construção do aparato portuário de Pelotas. Inicialmente, o autor argumenta que a necessidade de construção de um porto público decorre do desenvolvimento econômico da cidade, mesmo que, anteriormente, as charqueadas localizadas junto ao arroio Pelotas e ao canal São Gonçalo, de modo geral, tinham atracadouros próprios para o escoamento da produção saladeiril. O empreendimento se localiza à sudeste do núcleo urbano que se expande em direção ao Canal: “Nesses primeiros tempos da cidade havia, portanto, dois espaços públicos colocados em servidão como portos: um junto às charqueadas e outro próximo a zona urbana . (p.31)”

As primeiras instalações do Porto junto à cidade eram rústicas, o cais era estruturado com estacas de madeira. Só em 1940 que estas foram substituídas por alvenaria, com o complexo industrial de Pelotas se estabelecendo no local. A navegação desempenhava protagonismo no desenvolvimento da cidade, até que em 1884 é inaugurada a ferrovia Bagé-Rio Grande e, Pelotas passou a ligar-se a Rio Grande por uma ponte ferroviária. Em relatório do DEPREC - Departamento de Portos, Rios e Cais, em 1955, é indicado que o Porto de Pelotas e o de Porto Alegre fossem dependentes ao Porto de Rio Grande e, que o transporte hidroviário fosse preterido pelo ferroviário e rodoviário. Em 1960, o complexo industrial de Pelotas começa a se deslocar para o entorno da BR 116, longe do Canal.

⁴⁷ Rocha, Ana Luiza Carvalho da. Paisagens Hídricas e Memória Ambiental em Porto Alegre: 4 Distrito sob o fluxo das águas e no ritmo do trabalho. PPGAS: UFRGS, Porto Alegre, 2026.

⁴⁸ ALMEIDA, Guilherme P. Porto Memória. Pelotas, 2021. Guilherme Almeida tem formação em arquitetura junto a FAURB/UFPEL, vinculando-se ao Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira, sob orientação da Profa. Esther Gutierrez. Manifesta o interesse de ler a cidade pela iconografia. Fez estágio em um escritório de arquitetura reconhecido em Pelotas pela atuação de restauração de prédios históricos. Integra a equipe do Otoporto, “Associação OTROPORTO Indústria Criativa, entidade sem fins lucrativos que cria, desenvolve e apoia projetos e iniciativas focadas no desenvolvimento cidadão através da arte, educação, sustentabilidade e ciência.”, conforme apresentação nas redes sociais: instagram e youtube. Aqui, Guilherme figura como um narrador urbano.

Nos anos 70, o bairro Porto tinha outro ritmo, era movimentado pela circulação intensa de trabalhadores. O Sr. Eduardo relata que havia trabalho, muitas indústrias operavam no local, também o clube de remo que atualmente frequenta não era como é hoje. Eduardo veio morar no Porto pela abundância de oferta de trabalho, pelas oportunidades que se apresentavam. Na época de sua juventude, era remador, mas ao entrar na Universidade não conseguiu mais compatibilizar o estudo, o trabalho e o lazer. Interrompe a prática do esporte, se afasta do Clube Náutico Gaúcho (CNG) e, também, se muda do bairro. Passado o tempo, já com 60 anos, volta a remar no Canal São Gonçalo, propondo-se também a reativar o CNG, pois a entidade se encontra em crise, apresentando poucos sócios comprometidos com a manutenção da mesma. Em suas memórias, o Sr. Eduardo nos faz imaginar e compreender o Porto d' outros tempos, bem como, nos instiga a pensar os efeitos dos processos de construção/ocaso/revitalização deste aparato portuário-industrial nos ritmos do bairro. O Sr. Eduardo fala que ao voltar a remar sentiu medo pelo risco de remar no Canal onde navios de grande porte navegam, no entanto, tais riscos são minimizados ao praticar novamente este esporte com o pequeno grupo de remadores do clube.

O Clube está localizado entre o Porto e o Quadrado, doca fluvial construída no final da década de 50 e destinada à atracação de pequenas embarcações em função da correnteza do Canal São Gonçalo. Com a desativação da hidrovia, o Quadrado é integrado à cidade pela população como um lugar de sociabilidade - de festejos de carnaval, de religião, um lugar para pescar e contemplar as águas. No Quadrado ficava o bar Katangas que se transformou no Instituto Hélió de Angola, em homenagem ao líder comunitário Jorge Luis Chagas de Oliveira.

Nas *Doquinhas*, uma população ribeirinha habita o Porto e que se constituiu ao redor do Quadrado em uma área de risco. São trabalhadores informais que moram e pescam nas margens do Canal. Próximo às *Doquinhas*, grafitado no muro alto do aparato portuário de Pelotas surge uma imensa baleia sobre as águas, nela erguem-se acolhidas pequenas habitações, constantemente ameaçadas pelo movimento do animal, evidenciando os riscos do habitar às margens do Canal São Gonçalo, riscos que se potencializam quando a moradia não está abrigada pelo dique.



Em uma das nossas pelas caminhos do Porto, durante o ano de 2025, no semestre da disciplina de Antropologia Urbana, caminhamos com a Dona Gilda, narradora urbana, moradora das Doquinhas e liderança comunitária, que nos relata sobre o seu engajamento nas redes de cuidado e assistência às famílias atingidas, no bairro, pela inundação de 2024. Destaca a ação do Instituto Hélió de Angola - que leva o nome de seu ex-marido, já falecido - nas ações de distribuição de cestas básicas, roupas, bem como atuação junto ao projeto Hortas Comunitárias em parceria com o Otroporto, o cuidado das crianças da vila no turno oposto ao escolar. Com Dona Gilda conversamos sobre o habitar as margens da cidade e do canal, traz a precariedade da infraestrutura urbana pela falta de esgoto na área das Doquinhas, em que os resíduos das moradias são depositados no banhado. Comenta a construção de uma taipa do outro lado do Canal e da falta de escoamento da água em região de várzea, fatores que a comunidade denunciou e reivindica junto ao poder municipal : “O SANEP diz que vai colocar a tubulação, mas as vilas estão esquecidas” Aponta, neste sentido, para a ambiguidade da ação do município que diz se preocupar com a preservação dos banhados.

A comunidade do Porto se apresenta na sua diversidade e complexidade, conforme os relatos de Camilo, Guilherme, Eduardo e Gilda. Por intermédio de estes narradores urbanos, suas memórias e vivências, descobrimos redes de solidariedade e

fraturas sociais, pondo em evidência os conflitos pelas terras úmidas onde o Porto tem uma ação central na constituição desse território, habitado em diferentes escalas e temporalidades.

Considerações Finais

As duas pesquisas etnográficas apresentadas: sobre a reinserção das memórias do Mestre Borel em uma Porto Alegre negra e o Projeto de extensão Pelotas Pelas Águas, no que pese suas particularidades, estão articuladas pelo referencial teórico da duração e da antropologia audiovisual, em que as memórias e os itinerários de seus habitantes figuram como patrimônio da cidade. Patrimônio que nos revela uma cidade viva, em transformação, onde persiste diferentes modos de vida que possibilitam outras formas de imaginar e se engajar na experiência urbana.

Aqui também observam-se as continuidades, as discontinuidades e as articulações nas histórias de Porto Alegre e Pelotas como cidades latinoamericanas ao focar as desigualdades sociais, resistências e movimentos sociais e exploração ambiental, no processo de uma civilização urbano industrial. E, mais do que isso, como cidades que fazem parte de uma linhagem - a religião de matriz africana de Porto Alegre origina-se nas cidades de Pelotas e Rio Grande, região onde também nasceu Borel. Remete-se, por exemplo, a patrimonialização da tradição doceira de Pelotas. Associada à economia do charque e à formação urbana da região, tradição que foi historicamente apresentada como herdeira exclusiva de matrizes portuguesas e europeias. Tal interpretação invisibiliza a participação criativa de mulheres negras na constituição desse saber-fazer. A presença das doçuras em práticas rituais e cosmológicas, contribui para destacar a herança cultural negra, especialmente ligada às religiões de matriz africana, vinculada à tradição doceira local (Kosby, 2015)⁴⁹.

Mestre Borel é reconhecido e valorizado como um guardião da memória da cidade, das transformações do próprio desenho urbano de Porto Alegre, ao narrar o habitar da Ilhota, na cidade Baixa, e a experiência de deslocamento da população negra destinada ao bairro da Restinga. É, também, reconhecido e valorizado como guardião dos saberes, práticas religiosas e expressões linguísticas ligadas ao batuque no Rio

⁴⁹ KOSBY, Marília F. Nós cultuamos todas as doçuras: as religiões de matriz africana e a tradição doceira de Pelotas. Porto Alegre: Após Coup - Escola de Poesia, 2015. Este estudo de TCC integrou o Inventário Nacional de Referências Culturais- Tradição Doceira na Região de Pelotas e Antiga Pelotas/IPHAN/UFPEL.

Grande do Sul, por intermédio das suas memórias é traçada uma linhagem de transmissão da cultura negra que se atualiza. Nesse sentido, destaca-se a atuação de Pingo, filho do Mestre Borel, na constituição do Ponto de Cultura Memória Centro Cultural Mestre Borel, considerando também as atuações autorais de Pingo.

Narrativas que nos permitem compreender territórios negros e espaços religiosos de matriz africana como lugares de pertencimento e produção simbólica. Nesse sentido, torna-se fundamental incorporar à política patrimonial sujeitos historicamente marginalizados. É necessário considerar “a representação das figuras esquecidas da história e da cultura do Rio Grande”, especialmente indígenas e negros, frequentemente excluídos das narrativas oficiais (Cavignac, 2003, p. 2)⁵⁰. E os vestígios do passado seguem presentes em paisagens, monumentos e sítios arqueológicos, entendidos como marcos de memória e resistência.

Da mesma forma, Camilo, Eduardo, Gilda, Guilherme estão aqui apresentados como narradores urbanos, em que as suas memórias descrevem a complexidade e heterogeneidade de habitar a várzea de Pelotas, localizando a importância das águas para refletir sobre a cidade na relação com o ambiente. A Várzea, na atualidade, não é reconhecida oficialmente como uma região administrativa ou bairro⁵¹, mas ganham esta configuração nas narrativas de seus habitantes, em função das referências do viver, em saberes e práticas, nas bordas do Canal São Gonçalo.

Aqui as memórias estão registradas em diferentes linguagens: a escrita etnográfica se soma às fotografias, a vídeos, desenhos e ao som de modo a abarcar a dimensão sensível da experiência de viver a cidade no tempo. Registros que apresentam os acervos das pesquisas como ações de extroversão e cuidado. O acervo figura como devolutiva de pesquisa visando as relações com os parceiros de estudo e comunidade mais ampla, ação que encaminha a identificação, valorização e salvaguarda dos saberes-fazeres dos detentores. E, também como cuidado e respeito à trajetória dos parceiros pela dimensão sensível que o constitui, matéria da relação das antropólogas com o outro. Em suma, apresentamos aqui pesquisas desenvolvidas junto ao Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV), grupo que há quase 30 anos atua em pesquisas nas e das cidades brasileiras e latinoamericanas, a partir de uma perspectiva da antropologia

⁵⁰ CAVIGNAC, Julie. Visões e Abusões: Patrimônio Cultural e Questão Étnica no Rio Grande do Norte. 2003. In: *Iluminuras*, v.9, n.22, 2008.

⁵¹ Essinger, Cíntia Vieira. Verbete Várzea IN Gill, Lorena et al. *Dicionário de História de Pelotas*. Editora UFPEL, 2026.

urbana e da imagem, e dos procedimentos da etnografia da duração (Rocha; Eckert, 2013)⁵².

⁵² Rocha, Ana Luiza Carvalho da Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas / Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert. – Porto Alegre: Marcavíslua, 2013. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/memoriasdotrabalho/wp-content/uploads/2018/08/ECKERT-e-ROCHA-Etnografia-da-Dura%C3%A7%C3%A3o.pdf>